

EJA E EDUCAÇÃO NO CAMPO: UMA ANÁLISE DAS MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO PARANÁ

Táisa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves

Sandra Regina Casari de Souza

Silvia Márcia Ferreira Meletti

Universidade Estadual de Londrina

Mestrado em Educação

CAPES – Observatório da Educação

Resumo: O objetivo deste trabalho foi identificar e analisar as matrículas de alunos com deficiência intelectual que residem no campo e estudam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado do Paraná. A pesquisa foi baseada nos microdados do Censo da Educação Básica disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira no período de 2007 a 2010, que possibilitaram a análise quantitativa das matrículas de alunos com deficiência intelectual a partir da zona residencial campo segundo raça e gênero. Os resultados indicam: tendência crescente nas matrículas de alunos com deficiência intelectual que estudam na EJA e residem no campo no Brasil. No Estado do Paraná, a maioria dos alunos que residem no campo e possuem deficiência intelectual estudam na EJA da cidade.

Palavras-chave: Educação Especial, EJA, Educação no Campo, Indicadores Educacionais.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar as políticas atuais que envolvem a relação Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação no campo, por meio de dados estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação. Para tanto, selecionamos e analisamos os dados de matrículas a partir da relação mencionada acima, no período de 2007 a 2010.

O ano inicial foi delimitado por ter sido o anterior ao estabelecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasil. (Brasil. MEC. SEESP, 2008), implementado pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério da

Educação, em 2008. O último ano analisado foi 2010 porque são os mais atuais do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. MEC. INEP, 2010).

Focamos trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais que residem no campo e estudam na EJA para trazer uma reflexão a partir dos dados dos indicadores educacionais, com destaque à realidade do Estado do Paraná.

EJA e Educação no Campo para alunos com necessidades educacionais especiais na Legislação Vigente

A educação especial é uma modalidade de ensino muito complexa e nela estão presentes casos singulares de vida que na maioria das vezes foram discriminados, estigmatizados e excluídos dos meios sociais, dentre eles, a escola. Pensar na educação especial relacionando a EJA e as pessoas que residem no campo é um desafio muito mais complexo.

Kassar (2006) aponta que com a implementação da “política inclusiva” emerge a intrínseca confirmação de uma população excluída. Destaca a autora que “políticas públicas que possibilitem a “inclusão” são propostas como uma tentativa de atender populações consideradas “excluídas” ou “marginais” na sociedade” (KASSAR, 2006, p.119). Os conceitos como “inclusão social” e “educação inclusiva” se fortaleceram em diversas correntes políticos - ideológicos nos últimos anos. Focam-se nos discursos as “minorias”, aos “excluídos”, que na verdade representa em números a maior parte da população (GARCIA, 2004).

As políticas não propõem condições de superação das desigualdades sociais aos deficientes, e que ao invés disso, pode-se afirmar que as mesmas são constituintes de uma gerência das desigualdades, justificadas pela naturalização das diferenças individuais, e no contexto educacional a justificação é atribuída ao próprio sujeito, culpando-o pela educação ofertada (GARCIA, 2004).

A educação especial é “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2008a).

Conforme as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002)

Art.2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam a adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008a) afirma que

na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social (2008a, p.17).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é amparada por uma política compensatória destinada a uma população que foi excluída da escola por diversos motivos. Assim, esta modalidade educacional foi constituída para retificar este processo histórico brasileiro de exclusão da escolarização básica.

A LDB nº 9394/96, art.37 e art.38, contempla a Educação de Jovens e Adultos por meio de melhor adequação as novas exigências sociais e dentre algumas alterações significativas podemos citar: idade mínima de 15 anos para frequentar o ensino fundamental e 18 para o ensino médio, defendendo também o uso de didática apropriada às características dos educandos, condições de vida e trabalho. Ainda de acordo com a LDB (9394/96), em seu artigo 37, “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”. Vale destacar, que esta modalidade deveria ser transitória, mas ao invés disso, está abarcando muitas falhas que estiveram presentes nos âmbitos educacionais.

A EJA se tornou mais uma alternativa de inclusão escolar da população jovem e adulta com necessidades especiais que por diversas causas, as mais variadas, apresentaram pouca ou nenhuma escolaridade. O estudo de Liduenha e Meletti (2009) mostra que alunos da EJA oriundos de espaços segregados avaliam sua trajetória escolar cujo sentido não é o de escolarização, e retornaram as séries iniciais da EJA.

A trajetória escolar de pessoas com necessidades especiais tem mostrado que o processo de ensino aprendizagem não tem sido efetivado no que concerne ao acesso, permanência e ensino. Carvalho (2007) explicita condições precárias na realização do atendimento inclusivo, pois muitos educandos permanecem vários anos na EJA repetindo a

série até que desistam da escolarização, havendo a consideração da idéia de que a pessoa com necessidade especial não aprende.

A maioria dos alunos que frequentaram espaços segregados já carregam preconceitos, estigmas e possuem estereótipos que não se adequam ao que é chamado de “normal” pela sociedade. A EJA também é discriminada enquanto espaço educacional, pois nela encontra-se as pessoas que foram excluídas do espaço formal de ensino na idade adequada, isto, por diversos motivos.

Na EJA se encontram a diversidade de idades, gênero, culturas, etnias; além das diferenças sociais, religiosas, enfim, saberes vivenciados, concepções de uma história de vida.

A escola voltada à educação de jovens e adultos, portanto, é ao mesmo tempo um local de confronto de culturas (cujo maior efeito é, muitas vezes, uma espécie de “domesticação” dos membros dos grupos pouco ou não escolarizados, no sentido de conformá-los a um padrão dominante de funcionamento intelectual) e, como qualquer situação de interação social, um local de encontro de singularidades (OLIVEIRA, 1999, p. 72).

A EJA enquanto uma extensão da Educação Especial pode ser mais um espaço segregação que mantém atividades sem fins pedagógicos, favorecendo a não escolarização, a repetência e a evasão. Por outro, a presença da população com deficiência pode ser positiva na EJA, pois “envolve a construção social do reconhecimento dessa população como jovem e adulta. A possibilidade de acesso à EJA implica a atribuição do estatuto de jovem e adulto a essas pessoas, a consideração dessa etapa de vida e das necessidades que a constituem” (CARVALHO, 2006, p.168).

Com relação à Educação no Campo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008a) afirma que

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (2008, p.17).

A Resolução 2/2008 (BRASIL, 2008b) que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, reafirma:

§ 5º Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular.

A Educação no Campo é destinada aos agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (BRASIL, 2008b). E conforme o §1º, tem como objetivo a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica (BRASIL, 2008b).

A Educação no Campo vem sendo constituída em decorrência de movimentos sociais do campo que lutam pela reforma agrária, por políticas públicas, buscando assim, melhorias na condição de vida para a pessoa que vive no campo e depende da terra para sua subsistência (MARCOCCIA, 2010). Destaca a autora que

Embora a luta da Educação do Campo seja por políticas públicas que garantam o direito a uma educação para os povos do campo, voltadas às necessidades humanas e sociais, as discussões tem avançado muito pouco acerca da escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) do campo. Apesar da pouca mobilização dos movimentos sociais do campo sobre os direitos dos alunos com NEE nas escolas públicas do campo, essa temática é discutida nas diretrizes complementares da Educação do Campo e nas diretrizes da Educação Especial (MARCOCCIA, 2010, p.2).

A Resolução 2/2008 (BRASIL, 2008b) que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, afirma no art. 8º

§ 2º O eventual transporte de crianças e jovens portadores de necessidades especiais, em suas próprias comunidades ou quando houver necessidade de deslocamento para a nucleação, deverá adaptar-se às condições desses alunos, conforme leis específicas.

Segundo Marcoccia (2010) a inclusão das pessoas com necessidades educacionais que vivem no campo deve ser em escolas do campo, pois esta população estará inserida em seu contexto histórico. Destaca a autora, que as leis e documentos que indicam a inclusão escolar serão efetivos se os alunos com necessidades educacionais especiais forem educados em seu meio social e a inclusão for pensada considerando a participação destes indivíduos.

Caiado (2010) afirma que a história da educação no campo é organizada por meio de propostas pedagógicas urbana, sendo o meio rural compreendido como inferior e em extinção. E os movimentos sociais pela reforma agrária têm debatido sobre a identidade da educação no campo.

Assim, quando queremos transformar algo, é preciso analisar as condições em que estão. A educação tem um poder inegável, porém nem todas as soluções podem ser colocadas a ela, todos os âmbitos precisam integra-se para atingir uma mudança efetiva.

Indicadores Educacionais na Educação Especial, EJA e Educação do Campo

Os dados foram selecionados a partir das informações divulgadas pelo INEP, por meio dos Censos Escolares de 2007 a 2010 (Brasil. MEC. INEP, 2007, 2008, 2009 e 2010). Para a leitura e tratamento estatístico dos microdados da Educação Básica utilizamos o Software IBM SPSS.

Os dados de matrícula foram agregados segundo as variáveis¹: tipo de modalidade de ensino (EJA); tipo de deficiência (intelectual); raça (não declarada, branca, preta, parda, amarela e indígena) e gênero (masculino, feminino). Vale ressaltar, que nos anos de 2007 e 2008 fizemos a soma das matrículas de discentes com deficiência mental e síndrome de Down com o intuito de encontrar a totalidade de matrículas de alunos com deficiência mental. E para analisar os dados foi utilizado como base o ano anterior.

A Tabela 1 apresenta o total de matrículas na EJA, o total de alunos que residem no campo e o total de alunos da EJA que residem no campo no período de 2007 a 2010.

¹ As nomenclaturas das variáveis são de acordo com o Inep.

Tabela 1: Distribuição das matrículas na EJA, total de matrículas de alunos que residem no campo e total de matrículas de alunos da EJA que residem no campo (2007/2010)

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009 e 2010.

		Total de matrículas na EJA	Total de alunos que residem no campo	Total de alunos da EJA que residem no campo
--	--	----------------------------	--------------------------------------	---

	Ano	Total	Possui NEE ²	Total	Possui NEE	Total	Possui NEE
Brasil							

	2007	4 177 336	69 715	10 322 271	94 232	821 630	5 969
--	------	-----------	--------	------------	--------	---------	-------

	2008	4 319 027	70 724	9 747 848	94 595	772 764	5 802
--	------	-----------	--------	-----------	--------	---------	-------

	2009	4 098 981	69 474	9 721 991	91 710	776 601	7 187
--	------	-----------	--------	-----------	--------	---------	-------

	2010	3 796 698	75 465	9 476 776	111 527	746 143	8 480
--	------	-----------	--------	-----------	---------	---------	-------

² Refere-se a alunos que possuem Necessidades Educacionais Especiais.

Paraná	2007	197 152	1 776	425 307	14 112	11 711	197
---------------	------	---------	-------	---------	--------	--------	-----

	2008	185 198	1 305	429 500	9 710	11 173	76
--	------	---------	-------	---------	-------	--------	----

	2009	161 771	994	443 719	10 489	11 105	72
--	------	---------	-----	---------	--------	--------	----

	2010	165 705	1 588	447 755	12 752	11 750	164
--	------	---------	-------	---------	--------	--------	-----

Analisando os dados da tabela 1, constata-se que no Brasil, o total de matrículas na EJA teve uma ampliação de 3,3% no ano de 2008, em 2009 houve uma redução de 5% e 2010 outra de 7,3% nas matrículas. Apesar desta oscilação no período, os índices das matrículas gerais da EJA apontam que esta modalidade de ensino tem sido buscada por uma população que carece da escolarização.

As matrículas totais da EJA no Paraná tiveram duas quedas consecutivas, uma de 6% em 2008 e outra de 12,6% no ano de 2009. Em 2010 houve um acréscimo de 2,4% nas matrículas gerais da EJA.

Os dados brasileiros mostram um aumento de 1,4% no ano de 2008 nas matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na EJA, em 2009 ocorreu uma redução de 1,7%, seguido de um aumento de 8,6% em 2010. Contudo, nota-se que o total de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na EJA no ano de 2010 apresentou um valor expressivo de 75.465 matrículas no Brasil. Meletti e Bueno (2010) apontam que no ano de 2006 havia 58.420 matrículas de alunos com necessidades especiais na EJA, portanto, ao cotejar o ano de 2006 ao de 2010, observa-se um crescimento acentuado de 17.045 matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na EJA, indicando assim, uma disposição de elevação destas matrículas.

Verifica-se que as matrículas de alunos com necessidades especiais da EJA do estado do Paraná tiveram uma queda de 26,5% em 2008, seguida de outra de 23,8% no ano de 2009. Em 2010 os dados mostram uma recuperação no número das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na EJA, pois houve um acréscimo de 59,7% nas matrículas.

As matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na EJA correspondem a menos que 2% do total das matrículas nesta modalidade ensino no Brasil em todo o período. No estado do Paraná os índices de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais correspondem a menos que 1% das matrículas totais da EJA no estado analisado. Os dados mostram uma oscilação nas matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais que residem no campo no Brasil, sendo que em 2008 houve um pequeno aumento de 0,3%, já no ano de 2009 ocorreu uma queda de 3%, seguido de um acréscimo de 21,6% no ano de 2010. No Paraná a condição das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais foi ainda mais instável com uma queda de 31,1% em 2008, um aumento de 8% em 2009, seguido de outro de 21,5% no ano de 2010, totalizando 12.752 matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais que residem no campo, este índice de matrículas condiz à soma de todas as modalidades de ensino, ensino regular, educação especial e EJA.

O total de matrículas de alunos que residem no campo teve quedas consecutivas no período analisado, em 2008 foi de 5,5%, em 2009 foi pequena com 0,2%, e no ano de 2010 a foi de 2,5% nas matrículas, atingindo no final do período um total de 9.476.776 matrículas de alunos que residem no campo no Brasil. Entretanto, no estado do Paraná a situação é inversa, pois houve aumentos contínuos no período. No ano de 2008 o acréscimo foi de 0,9%, em 2009 foi de 3,3% e em 2010 foi de 0,9%, totalizando neste ano 447.755 matrículas de alunos que residem no campo no Paraná.

No período de 2007 a 2009 as matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais que residem no campo correspondem a menos que 1% do total das matrículas de alunos que residem no campo no Brasil. Em 2010, houve pequeno aumento no percentual, e as matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais que residem no campo atingem a 1,1% do total das matrículas de estudantes que residem no campo.

No Paraná, o percentual de discentes com necessidades educacionais especiais que residem no campo com relação ao total de alunos que residem no campo corresponde a 3,3% em 2007. E no período de 2008 a 2010 o índice de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais que residem no campo corresponde a menos que 3% do total das matrículas de alunos que residem no campo.

Em 2008, ocorreu uma queda de 5,9% nas matrículas totais do Brasil de alunos da EJA que residem no campo. No ano de 2009 houve um pequeno aumento de 0,4% nas matrículas e em 2010 ocorreu um decréscimo de 3,9% nas matrículas de alunos da EJA que residem no campo.

No Paraná, os índices de matrículas de alunos da EJA que residem no campo tiveram duas quedas consecutivas, em 2008 foi de 4,5% e no ano de 2009 foi reduzida para 0,6% nas matrículas. Em 2010, houve um acréscimo de 5,8% nas matrículas totais do Paraná de alunos da EJA que residem no campo.

No Brasil, as matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais da EJA que residem no campo tiveram uma queda de 2,7% no ano de 2008, em 2009 houve uma ampliação de 23,8%, sucedida de outra de 17,9% nas matrículas de discentes da EJA com necessidades educacionais especiais que residem no campo.

Os dados mostram que no Paraná, as matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais da EJA que residem no campo tiveram uma grande redução correspondente a 61,4% em 2008, outra de 5,2% em 2009. Contudo, no ano de 2010 houve uma ampliação significativa de 127,7% nas matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais que residem no campo.

Optamos por analisar os dados de alunos com deficiência intelectual na tabela 2, pois o estudo de Gonçalves e Meletti (2011) aponta índice crescente de matrículas de alunos com necessidades especiais na EJA, sobretudo, de matrículas de alunos com deficiência intelectual.

A Tabela 2 apresenta o total de matrículas de alunos na EJA com deficiência intelectual que residem no campo e estudam no campo no estado do Paraná no período de 2007 a 2010.

Tabela 2: Matrículas de alunos com deficiência intelectual que residem no campo e estudam no campo na modalidade de ensino EJA no estado no Paraná

Ano Alunos que residem no campo e estudam no campo Raça Gênero

	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	M ³	F ⁴
2007	5	2	2	1	0	0	0	5
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	1	0	0	1	0	0	0	1
2010	11	2	6	2	1	0	0	8

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009 e 2010.

Analisando os dados da tabela 2, nota-se que no Paraná as matrículas de alunos com deficiência intelectual que residem e que estudam no campo na EJA foram mínimas e apresentaram variações no período de 2007 a 2010.

Em 2007, havia 5 matrículas de alunos com deficiência intelectual que residem e estudam no campo na EJA, destas 40% se refere a raça não declarada, 40% a raça branca e 20% a raça negra, sendo todas as matrículas do gênero masculino.

Os dados mostram que em 2008 não houve matrículas de alunos com deficiência intelectual que residem e estudam no campo na EJA. Em 2009, observa-se apenas 1 matrícula correspondente a raça preta e do gênero feminino.

Em 2010, havia 11 matrículas de alunos com deficiência intelectual que residem e estudam no campo na EJA, das quais 18% eram da raça não declarada, 55% da raça branca, 18% da raça preta e 9% da raça amarela, sendo 8 matrículas do gênero masculino e 3 do gênero feminino.

³ Refere-se ao gênero Masculino.

⁴ Refere-se ao gênero Feminino.

A Tabela 3 apresenta o total de matrículas de alunos na EJA com deficiência intelectual que residem no campo e estudam na cidade no estado do Paraná no período de 2007 a 2010.

Tabela 3: Matrículas de alunos com deficiência intelectual que residem no campo e estudam na cidade na modalidade de ensino EJA no estado do Paraná segundo raça e gênero

Ano	Alunos que residem no campo e estudam na cidade	Raça						Gênero	
		Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	M	F
2007	143	112	20	2	8	1	0	89	54
2008	31	15	12	2	2	0	0	23	8
2009	26	6	14	1	5	0	0	19	7
2010	94	19	48	6	21	0	0	64	30

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009 e 2010.

Os dados da tabela 3 mostram que no Paraná houve uma redução significativa nos anos de 2008, sobretudo em 2009, nas matrículas de alunos com deficiência intelectual que residem no campo e estudam na EJA na cidade. Em 2010, nota-se uma recuperação nas matrículas, ainda que, inferior ao ano de 2007.

Verifica-se em 2007 um total de 143 matrículas de alunos com deficiência intelectual que residem no campo e estudam na EJA na cidade. Destes, 78,3% corresponde a raça não declarada, 14% a raça branca, 1,4% a raça preta, 5,6% a raça parda e 0,7% a raça amarela. Ainda, pode afirmar que 62,2% referem-se a matrículas do gênero masculino e 37,8% ao gênero feminino.

No ano de 2008, os dados apresentam 31 matrículas de alunos com deficiência intelectual que residem no campo e estudam na EJA da cidade. A maior incidência destas matrículas é da raça não declarada com 48,4% dos casos, após pela raça branca com 38,8% e em seguida a raça preta e parda com índice de 6,4% cada uma. Com relação ao gênero, nota-se a predominância do masculino com 74,1% nas matrículas.

Os dados das matrículas de alunos com deficiência intelectual que residem no campo e estudam na EJA na cidade mostram um total de 26 matrículas em 2009, das quais, 23% é da raça não declarada, 53,9% é da raça branca, 3,9% da raça preta e 19,2% da raça parda. Observa-se que 73% das matrículas condizem ao gênero masculino e 27% ao gênero feminino.

Em 2010, nota-se que de um total de 94 matrículas de alunos com deficiência intelectual residem no campo e estudam na EJA da cidade, 20,2% corresponde à raça não declarada, 51,1% a raça branca, 6,4% a raça preta e 22,3% a raça parda. Com relação ao gênero, as matrículas do masculino se sobressaem com um índice de 68% e do gênero feminino com 32%.

Para as análises das tabelas 1 e 2 nos baseamos no conceito de gênero ao invés de sexo como propõe FERRARO (2010). Com relação à raça, optamos por apresentar todas as nomenclaturas utilizadas pelo Inep (não declarada, branca, negra, parda, amarela e indígena), mas, segundo Ferraro (2010) as nomenclaturas incluem cor e raça.

Considerações Finais

Pode-se afirmar que no Estado do Paraná, a maioria dos alunos com deficiência intelectual que residem no campo estudam na EJA da cidade.

Nota-se maior incidência do gênero masculino em matrículas de alunos com deficiência intelectual que residem no campo e estudam na EJA no Estado do Paraná. Destaca-se, que a raça não declarada e branca se sobressai com relação às outras.

No Brasil, a tendência das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais que vivem no campo e estudam na EJA é crescente, sendo assim, destacamos a necessidade de estudos que englobem o tripé: EJA, Educação no Campo e Educação Especial.

Freire (1996) enfatiza o papel fundamental da escola na formação do indivíduo, no qual possa intervir positivamente em seu meio. Através da educação, do conhecimento adquirido, o indivíduo torna-se capaz de perceber-se no contexto social, tornando-se sujeito ativo nas reivindicações pelos seus direitos.

Por fim, evidencia-se que a EJA se tornou mais um espaço de “inclusão” das pessoas com necessidades educacionais especiais que residem no campo, sendo assim, esta modalidade de ensino assumiu a responsabilidade de consertar os erros cometidos na educação básica e está assumindo um lugar de destaque na Educação Especial.

Referências

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> Acesso em: 27 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008a. Disponível em <http://www.mec.gov.br> Acesso em: 28 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008b. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Disponível em <http://www.mec.gov.br> Acesso em: 11 jan.2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (2011-2020)**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em <http://www.mec.gov.br> Acesso em: 27 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2007**. Brasília: MEC/INEP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2008**. Brasília: MEC/INEP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2009**. Brasília: MEC/INEP, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2010**. Brasília: MEC/INEP, 2010.

CAIADO, K. R. M. **Educação especial nas escolas do campo: análise de um silêncio histórico**. In: III Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo e I Encontro Internacional de Educação do Campo, 2010, Brasília. Anais do III Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo e I Encontro Internacional de Educação do Campo. Brasília UnB: ISSN 1983-3865, 2010. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/16.pdf>> Acesso em: 30 de ago. 2011.

CARVALHO, M. F. **Educação de jovens e adultos com deficiência mental: inclusão escolar e constituição dos sujeitos**. Horizontes, v.24, n.2, p.161-171, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.saofrancisco.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_08/uploadAddress/Art%5B6569%5D.pdf>. Acesso em: 13/02/2011.

CARVALHO, M. F. **Reflexões sobre a inclusão de Jovens e adultos com deficiência mental na EJA**. In: XVI COLE, 2007, Campinas. ANAIS 16º COLE. Campinas: ALB, 2007.

FERRARO, A. R. **Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social**. Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 36, p. 505-526, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, R. M. C. **Discursos políticos sobre inclusão: questões para as políticas públicas de educação especial no Brasil**. In: 27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 2004, Caxambu. 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: <www.anped.org.br> Acesso: 13 mar. 2011.

GONÇALVES, T.G.G.L. MELETTI, S.M.F. **Escolarização de alunos com deficiência da educação de jovens e adultos: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros (2007-2010)**. In: VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial, 2011, Nova Almeida-ES. Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado, 2011. CD- ROM.

KASSAR, M. C. M. **Integração/inclusão: desafios e contradições**. In: Claudio Roberto Baptista. (Org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 1 ed. Porto Alegre: Mediação, v. 1, p. 119-126, 2006.

LIDUENHA, T. G. G.; MELETTI, S. M. F. **Percurso escolar de alunos de Educação de Jovens e Adultos egressos de classe especial**. In: Encontro Anual de Iniciação Científica - EAIC, 2009, Londrina. XVIII Encontro Anual de Iniciação Científica, 2009. CD- ROM.

MARCOCCIA, P. C. de P. **Interface da educação especial com a educação do campo: a (in)visibilidade dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas do campo.** Pôster apresentado na 33ª Reunião Anual da Anped. Caxambu, MG, 2010. Disponível em :[http:// www.anped.org.br/reuniões](http://www.anped.org.br/reuniões) Acesso em 20 de maio de 2011.

MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. **Escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006).** In: Anais da 33ª Reunião Anual da ANPED: Educação no Brasil: o balanço de uma década. ANPED, . v.1 p.1-17, 2010. Disponível: <www.anped.org.br> Acesso: 20 mar. 2011.

OLIVEIRA, M. K. de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** Revista Brasileira de Educação, n. 2, set-dez, ANPED, 1999. Disponível: <www.anped.org.br> Acesso: 20 mar. 2011.